

Preciso Perdoar Alguém *que não se Arrepende?*

O perdão pode ser difícil de praticar, mas é uma qualidade de caráter indispensável que deve ser continuamente cultivada ao longo da vida. Não perdoar é ceder à velha natureza que a Bíblia diz para colocar de lado; ser impiedoso é alimentar os desejos da carne. Funcionários, amigos e familiares consideram cativantes as pessoas perdoadoras e graciosas. Assim, cultivar esta qualidade irá realmente ajudá-lo.

No descontrolado ambiente competitivo e beligerante das eleições públicas de hoje, é quase garantido que muitas coisas falsas serão ditas sobre você – e é muito fácil acabar sendo prejudicado. Eu também luto com coisas falsas que foram ditas sobre mim no passado. Todos nós desejamos ser apreciados, proteger nossa reputação, mas ainda vivemos em um mundo caído onde o ciúme e a inveja existem. E agora, com o advento da internet, qualquer pessoa pode simplesmente criar um domínio com o seu nome, transformá-lo em site e postar o que quiser a seu respeito. Como você lida com essas coisas?

Um congressista atual dos EUA preconizava o oposto do perdão: “Não se irrite, vingue-se”. Mas não perdoar é como armazenar lixo apodrecido: a sua casa inteira começa a feder! As pessoas têm dificuldade de conviver com alguém que continuamente exala acidez; além disso, promover e cultivar um desejo de vingança atrapalha o relacionamento com Deus.

Então, vamos examinar o que as Escrituras ensinam sobre essa qualidade bíblica essencial – especialmente se precisamos perdoar alguém que não se arrepende.



Ralph Drollinger

I. INTRODUÇÃO

Pode parecer confuso organizar passagens bíblicas que falam de perdão sem primeiro compreender e esclarecer a diferença entre um texto que mostra nossa *posição* em Cristo de outro que fala de nossa *prática* em Cristo, e o contexto indica qual destas duas ideias o escritor bíblico tinha em mente. Uma verdade presente no contexto deste estudo é: Os cristãos estão para sempre justificados diante de Deus *posicionalmente*, quando pela fé colocam sua confiança em Jesus e na obra de Cristo concluída na cruz por causa deles. A permanência do perdão de Cristo é sempre assegurada. O cristão está “selado” nele, e nada “*será capaz de nos separar do amor de Deus que está em Cristo Jesus, nosso Senhor*” (cf. Efésios 1.13 e Romanos 8.38-39). Consequentemente, diante de Deus, aquele que depositou sua confiança em Cristo está perdoado para sempre.

Mas além da verdade *posicional*, o autor das Escrituras, o próprio Deus, fala de verdades *práticas*. Por exemplo, em Efésios, os três primeiros capítulos são sobre verdades *posicionais*, assim como a que foi citada acima. Então, no início do capítulo 4, Paulo segue falando sobre verdades *práticas*: quais são as implicações na vida do cristão, dadas as verdades *posicionais*.

No contexto deste estudo bíblico, o ponto é: Os que são *posicionalmente* perdoados e selados em Cristo não devem *praticar* o perdão? Perdoar outras pessoas é ser como Cristo. Fazer o contrário é uma incoerência entre as crenças e as ações de alguém. Se eu fui *posicionalmente* perdoado por Deus, devo *praticar* o perdão. Este é um ponto simples, mas profundo, a ser colocado logo na introdução deste estudo. Em resumo, a palavra *perdão* é usada tanto em um sentido *posicional* quanto *prático* em toda a Bíblia. Esta distinção irá ajudar muito a nossa compreensão sobre o que apresentamos a seguir.

II. A LEI DO PERDÃO

A. O EXEMPLO DA VIDA DE JESUS CRISTO

A crucificação de Cristo é uma ilustração incomparável da injustiça suprema: O mundo nunca verá uma contradição maior entre a vida que Jesus viveu e o terrível castigo que Ele recebeu. Assim, Jesus estabeleceu um exemplo significativo para nós em relação à forma graciosa como reagiu ao próprio castigo desmerecido. Observe, neste aspecto, o que está registrado em Lucas 23.34:

“Jesus disse: ‘Pai, perdoa-lhes, pois não sabem o que estão fazendo.’”

Jesus pronunciou estas palavras enquanto estava sendo ridicularizado e zombado! Tal resposta mostra não só sua graça divina e capacitação, mas sua compaixão sem limites e o perdão característico. Esta é a questão:

CRISTO É O NOSSO MODELO DE ESPÍRITO PERDOADOR, NÃO IMPORTA QUE INJUSTIÇA TENHAMOS SOFRIDO

Para ser semelhante a Cristo é preciso responder à injustiça com interesse genuíno pelo agressor: *“amar os seus inimigos”* e *“considerar os outros superiores a si mesmos”* (Mateus 5.44; Filipenses 2.3). Somente o Espírito Santo pode nos capacitar a ter reações pessoais tão contraintuitivas e pouco características. Cada um de nós ainda possui a natureza do pecado que deseja se alimentar de vingança. Aqui está o exemplo supremo, divino e poderosamente profundo do que significa ser perdoador.

B. ELABORAÇÃO ADICIONAL A PARTIR DA VIDA DE JESUS

Em Marcos 11.25 Jesus elabora a lei do perdão. A verdade dessa passagem é fácil de ser vista: Se um cristão não possui espírito indulgente para com as outras pessoas, seu relacionamento com Deus será negativamente afetado. Observe:

“E quando estiverem orando, se tiverem alguma coisa contra alguém, perdoem-no, para que também o Pai celestial lhes perdoe os seus pecados.”

Esta passagem não sugere que a posição do cristão em Cristo está em perigo porque ele não perdoou alguém. Pelo contrário, ela ensina:

EM SUA VIDA COTIDIANA, APEGAR-SE A CONTENDAS IRÁ INTERFERIR NA SUA COMUNHÃO COM CRISTO

Jesus está dizendo que o benefício de perdoar alguém não apenas restaura a relação, mas promove a proximidade contínua com Deus. 1João 1.9 é uma passagem similar relacionada à prática (em contraste com posição): *“Se confessarmos os nossos pecados, ele é fiel e justo para perdoar os nossos pecados e nos purificar de toda injustiça”*. Esta passagem, no seu contexto, também está relacionada com o dia-a-dia da vida do cristão, e não sugere que a falta de confessar os pecados depois de ser salvo levará à perda da salvação. Pelo contrário, nos ensina que afeta a nossa comunhão com Cristo. Tanto Marcos 11.25 quanto 1João 1.9 expressam as mesmas realidades relacionadas à caminhada cotidiana, ou prática do cristão. Perdoar e confessar nossos pecados depois de sermos salvos afetará nosso relacionamento tanto com Deus quanto com nossos semelhantes. Essa é uma importante elaboração sobre a ordem de Deus para sermos perdoadores. (Se qualquer das passagens anteriormente mencionadas fosse reinterpretada para significar que alguém poderia perder a salvação, entraria em contradição com os claros pronunciamentos de Efésios 1.13 e Romanos 8.38-39.)

C. SUA CAPACIDADE E PODER DE PERDOAR

Em vez de continuar a abrigar ressentimento e buscar punir ou se vingar de outra pessoa, observe a intenção da interação de Jesus com Pedro em Mateus 18.21-22:

“Então Pedro aproximou-se de Jesus e perguntou: ‘Senhor, quantas vezes deverei perdoar a meu irmão quando ele pecar contra mim? Até sete vezes?’ Jesus respondeu: ‘Eu lhe digo: não até sete, mas até setenta vezes sete.’”

É fácil ver qual o objetivo de Pedro. Ele queria saber em que ponto poderia retaliar. Jesus responde revelando a natureza e um atributo do próprio Deus, ressaltando o princípio piedoso e a qualidade de caráter indispensável do perdão pessoal, permanente e atitudinal. Todos os cristãos, por meio do Espírito Santo que habita neles e os capacita, têm posse de um infindável Espírito de graça e da capacidade de perdoar outras pessoas! Quando você veio a Cristo, o gracioso Espírito Santo, chamado de *Conselheiro*, passou a morar em seu coração (cf. João 14.16; 16.7). Você está vivendo de acordo com sua posição em Cristo? Se retaliar, não estará sufocando a própria natureza do Espírito Santo que Ele quer exalar através de você como seu embaixador? É, portanto, teologicamente incoerente para qualquer cristão manter a postura e dizer: “Eu não sou uma pessoa muito perdoadora”. Ah, você é *sim*! E apenas não está escolhendo viver de acordo com sua nova natureza em Cristo. Em vez disso, você está escolhendo ceder à sua antiga natureza carnal que quer ser alimentada pela desobediência às verdades de Deus.

III. OS MECANISMOS PARA ALCANÇAR A JUSTIÇA

O primeiro ponto deste estudo deixa claro que os cristãos devem ser exemplos do atributo de perdão de Cristo. Eles são intimados e ordenados a perdoar as outras pessoas.

No entanto, a maioria luta com essa questão: “Preciso perdoar alguém que não se arrependeu?”. Essa é a mesma pergunta que Pedro fez na passagem citada anteriormente. Certamente a resposta de Jesus ordenou a prática do perdão infundável. Mas Ele não aborda a liberdade de buscar a justiça institucional (se necessário), como é dito em outras partes da Bíblia (cf. Romanos 13.4). Embora as Escrituras não deixem espaço para a retaliação pessoal, oferecem permissão para a busca de justiça institucional. O que vem a seguir ajudará a esclarecer esta distinção.

A. PELO USO DO GOVERNO

Ao considerar a pergunta “*Preciso perdoar alguém que é impenitente?*”, voltaremos nossa atenção para entender melhor os propósitos de Deus e as razões pelas quais instituiu o governo civil. Mas vamos analisar Romanos 12.18-19 primeiro:

“Façam todo o possível para viver em paz com todos. Amados, nunca procurem vingar-se, mas deixem com Deus a ira, pois está escrito: ‘MINHA É A VINGANÇA; EU RETRIBUIREI’, diz o Senhor.”

A primeira frase desta passagem de Paulo ressalta a mesma ideia desenvolvida no primeiro tópico: Os cristãos devem ser caracteristicamente perdoadores *em um sentido pessoal*. Mas observe a segunda parte. Comparando com o que Jesus disse em Mateus 18.21-22, em Romanos 12 Paulo não elimina a possibilidade de vingança (ou seja, justificação relativa a um erro cometido). Na verdade, especifica como ela pode ser realizada:

DEUS EXECUTARÁ A VINGANÇA – NÃO O INDIVÍDUO QUE FOI LESADO

Como Deus consegue sua vingança? Observe Romanos 13.4 no contexto desta passagem (tenha em mente que as divisões do capítulo na Bíblia não são inspiradas; elas foram adicionadas pelos homens anos depois e, portanto, não indicam necessariamente um assunto ou pensamento diferente). Paulo afirma aqui que a instituição do governo é “*agente da justiça* [de Deus] *para punir quem pratica o mal*”. Algo muito significativo está sendo adicionado aqui em relação ao nosso entendimento sobre o perdão:

Sim, o cristão é ordenado a ser sempre caracteristicamente indulgente e a não buscar sua própria vindicação pessoal de qualquer mal sofrido – isso, na verdade, é o dever do governo civil. É nesta linha de pensamento que Deus diz: “*Eu retribuirei*”. Como o próprio Deus retribui? Por meio do uso de seu substituto pessoal ordenado: O governo civil. Podemos contar com a promessa de Deus de que Ele fará isso – se a parte ofendida estiver disposta a colocar o assunto nas mãos dele e ser paciente. Aqui, então, há um princípio de equilíbrio em relação ao perdão pessoal:

DEUS PRETENDE QUE OS INDIVÍDUOS PERDOEM INJUSTIÇAS MAS, SE NECESSÁRIO, QUE AS COLOQUE EM JULGAMENTO POR MEIO DO GOVERNO CIVIL

Como congressista, você está bem consciente de sua responsabilidade de cumprir uma das principais responsabilidades de governo instituído por Deus: Tratar de providenciar “justiça para todos” em um mundo caído. O governo civil deve ser manifestamente representante do atributo de Justiça de Deus. Visto que Deus é tanto caracteristicamente perdoador e justo ao mesmo tempo, Ele espera, portanto, o mesmo de sua instituição e daqueles que a gerenciam. Então, Romanos não só apresenta uma grande doutrina, mas uma teologia bonita e prática, instruindo o indivíduo ofendido a alcançar tanto o perdão pessoal como a justiça institucional – tudo dentro da relação coletivo *versus* indivíduo (Romanos 12.18 a 13.4).

Ensinar que os cristãos devem perdoar e esquecer, mas não buscar justiça, é ensinar uma meia verdade das Escrituras. E isso serve para diminuir o propósito de Deus para o governo civil, que é manifestar seu atributo de justiça (cf. 1Pedro 2.13-14; Romanos 13.1-5).

B. PELA ATITUDE DE UM INDIVÍDUO

Este modelo dado por Deus para lidar com alguém que de alguma forma prejudicou o outro é ainda mais elaborado em Romanos 12.20:

“Se o seu inimigo tiver fome, dê-lhe de comer; se tiver sede, dê-lhe de beber. Fazendo isso, você amontoará brasas vivas sobre a cabeça dele.”

Provavelmente Paulo está se referindo aqui a um antigo costume egípcio. Quando alguém queria mostrar sua contrição em público, levava uma panela de brasas queimando em cima de sua cabeça, representando externamente a dor de sua culpa e vergonha. Estudar esta passagem revela uma segunda forma de recompensa para o mal: Além da parte prejudicada apelar às autoridades civis para obter justiça, é ensinado que a promulgação do perdão pessoal não só beneficia o perdoador, mas também serve para envergonhar o infrator.

Nessa passagem de Romanos 12.20 Paulo também apresenta aos cristãos da igreja em Roma a ideia de amontoar vergonha e culpa em alguém por meio da promulgação do perdão público de Provérbios 25.21-22, onde Salomão declara explicitamente o mesmo princípio a seu filho Roboão. Mas em Provérbios o rei afirma algo a mais que, em Romanos, é dito implicitamente: *“e o Senhor recompensará você”* (Provérbios 25.22).

Isso ressalta os meios de Deus para alcançar o arrependimento e a reconciliação pelo uso da vergonha pública. Salomão diz que *“o Senhor recompensará”* aqueles que invocam vergonha a um infrator desta forma. Mas tenha em mente que a forma como a vergonha é imputada no outro e obtém o favor de Deus é por meio de sua escolha pessoal em perdoar o agressor. Esses são, então, dois grandes incentivos que você deve incorporar mentalmente à medida que luta contra a sua velha natureza pecaminosa que quer guardar mágoa e ter prazer na retaliação.

C. COMBINANDO AMBOS OS MECANISMOS

Em Mateus 18.23-35 Jesus conta uma parábola (conhecida como *A parábola do rei*) que serve para ilustrar a tensão entre o uso dos instrumentos de perdão pessoal e, subsequentemente, se necessário, a plantação da autoridade institucional, a fim de alcançar a justiça com uma parte impenitente. Nesta parábola, um rei perdoa um servo que o tinha prejudicado e lhe devia muito. Mas quem foi perdoado não fez o mesmo com outro servo que o havia prejudicado e lhe devia bastante:

“... Mas quando aquele servo [perdoado] saiu, encontrou um de seus conservos, que lhe devia cem denários. Agarrou-o e começou a sufocá-lo, dizendo: ‘Pague-me o que me deve!’ ... Então o senhor chamou o servo e disse: ‘Servo mau, cancelei toda a sua dívida porque você me implorou. Você não devia ter tido misericórdia do seu conservo como eu tive de você?’ Irado, seu senhor entregou-o aos torturadores, até que pagasse tudo o que devia. Assim também lhes fará meu Pai celestial, se cada um de vocês não perdoar de coração a seu irmão.”

A grande ideia dessa parábola é que se Deus perdoou você (verdade posicional), e então você deve estar disposto a perdoar outras pessoas (verdade prática). Mas também serve para compreendermos melhor outro ponto em estudo: O rei teve tanto uma atitude perdoadora (na primeira parte da parábola) quanto (na parte posterior da parábola) a disposição de utilizar a autoridade institucional, caso necessário, a fim de alcançar a justiça.

O espírito indulgente do rei é evidenciado pelo versículo 32: *“Cancelei toda a sua dívida porque você me implorou”*. A inferência é que o rei percebeu inicialmente (incorretamente) que o escravo estava contrito pelo seu pecado, deduzindo que ele buscaria a reconciliação, e por isso o tinha perdoado. Mas, na realidade, o escravo acabou por ser tudo, menos arrependido! No fim das contas, se o rei tivesse tomado conhecimento de que o coração do escravo estava duro e recalcitrante em relação aos erros que tinha cometido (e era tão mau caráter que estava literalmente asfixiando o escravo companheiro), teria provavelmente feito mais cedo o que acabou executando mais tarde. Na realidade, o escravo provou ser um indivíduo enganoso e brutal.

Uma vez estabelecida a forma de agir desonesta, manipuladora e ofensiva do escravo, o rei empregou meios institucionais para promover a justiça (cf. v. 34). O rei perdoador não evitou empregar meios legais para alcançar a reconciliação. A mesma sabedoria e perspicácia deve caracterizar todos os cristãos maduros – e servir para informá-los sobre como lidar adequadamente com indivíduos que não se arrependem. Entre outras lições, Jesus está ensinando por meio desta parábola que:

HÁ UMA TENSÃO ENTRE CONCEDER O PERDÃO PESSOAL E NÃO OBSTANTE RECORRER À LEI

A parábola do rei é descritiva e ilustrativa dessas verdades em conjunto e em tensão ensinadas nas Escrituras. De um lado está a instrução de Efésios 4.32 e, do outro, Romanos 13.4:

“Sejam bondosos e compassivos uns para com os outros, perdoando-se mutuamente, assim como Deus perdoou vocês em Cristo.”

“Mas se você praticar o mal, tenha medo, pois ela [justiça civil] não porta a espada sem motivo. É serva de Deus, agente da justiça para punir quem pratica o mal.”

Cada cristão deve ser caracterizado pela *bondade e compaixão*. Estas atitudes são sinônimo de um espírito indulgente (cf. Colossenses 3.12-13). Mas, ao mesmo tempo, o cristão entende que o governo “não porta a espada sem motivo”. Há uma razão pela qual Deus ordenou o governo civil: Para manifestar a justiça dele (embora não perfeitamente) em um mundo caído. Infelizmente, há alguns que “espiritualizam” erroneamente esse propósito do governo civil, acreditando que Deus quer que as pessoas apenas perdoem e tentem esquecer – em vez de usar seus recursos ordenados, e autoridade institucional, a fim de também alcançar a justiça. Não se contentem com menos. Deus forneceu maneiras de corrigir um erro.

A PASSIVIDADE NÃO DEVE SER IGUALADA A UM NÍVEL MAIS ELEVADO DE ESPIRITUALIDADE, ASSIM COMO O PERDÃO NÃO DEVE ECLIPSAR A JUSTIÇA

Às vezes, a passividade e o perdão são espiritualizados e ocultam a falta de coragem para lutar pela justiça.

D. PELO USO DE UM ÁRBITRO PIEDOSO

Em 1Coríntios 6.1-8 Paulo identifica outro meio adicional de se buscar a justiça, especificamente no que diz respeito aos cristãos que discordam sobre assuntos menores de natureza civil (em vez de criminal). Os cristãos devem sempre tentar resolver suas pequenas diferenças (cf. v. 2) sem recorrer ao governo civil ou aos tribunais seculares.

E. RESUMO DOS MECANISMOS PARA ALCANÇAR A JUSTIÇA

Deus espera que você perdoe alguém que é impenitente? Sim. Não se deve guardar ressentimentos – mesmo quando o ofensor não tenta se desculpar ou acertar as coisas. Internamente devemos deixar as coisas pra lá, não importando a atitude ou a resposta do ofensor. Como afirmado no primeiro tópico, o cristão deve ser caracterizado pelo perdão pessoal ilimitado. Ele tem a obrigação de perdoar. Mas, por outro lado, o perdão concedido por alguém não redime a outra pessoa da injustiça praticada. E nesse contexto, Deus criou e autorizou um mecanismo neste mundo caído que é o governo civil, e Ele pretende que essas autoridades julguem e punam ações errôneas.

SEMPRE DEVE SER EXIGIDA UMA COMPENSAÇÃO DA JUSTIÇA VIOLADA

Na cruz, Cristo perdoou e simultaneamente satisfaz nossa violação de seus padrões, justificando a posição do cristão, sua relação vertical com Deus. Mas no mundo horizontal das relações pessoais, muitas vezes, dois passos precisam ser dados: o perdão pessoal e, em seguida, a compensação. Assim, é preciso perdoar pessoalmente, mas ao mesmo tempo procurar sabiamente medidas corretivas para a injustiça. Assim como a obra de Cristo na cruz, o perdão pessoal e a justificação no sentido horizontal servem para manifestar o caráter e os atributos de Deus em nosso mundo. Enquanto

alguns ofensores não precisam da voz da autoridade institucional, a fim de obter a sensibilidade de endireitar um erro, outros precisam. Na verdade, Jesus falou em Mateus 5.25:

“Entre em acordo depressa com seu adversário que pretende levá-lo ao tribunal. Faça isso enquanto ainda estiver com ele a caminho, pois, caso contrário, ele poderá entregá-lo ao juiz, e o juiz ao guarda, e você poderá ser jogado na prisão.”

A mera ameaça do uso da autoridade institucional para buscar a justiça serve muitas vezes para promover a reconciliação sem o envolvimento do governo civil. Deus deseja que os malfeitores temam a autoridade do governo civil (assim, como congressista, certifique-se de que a temam!), e o que ela pode fazer-lhes caso pratiquem um delito e se recusem a reparar o erro. Não há necessidade de dizer que um sistema judiciário forte, promulgado e mantido pelas autoridades civis, é um elemento insubstituível para alcançar a justiça e a ordem em um mundo caído.

IV. OS MEIOS DE PERDOAR

Um dos atributos de Deus é que Ele ama até mesmo seus inimigos. Este amor universal é exibido em sua bênção indiscriminada concedida a toda a humanidade. Teologicamente isso é chamado de graça comum. Sendo assim, para que nós, cristãos, venhamos a refletir mais e mais os atributos de Deus em um mundo caído, devemos também amar nossos inimigos. Observe esta disciplina evidente no mandamento de Mateus 5.44:

“Mas eu lhes digo: Amem os seus inimigos e orem por aqueles que os perseguem.”

José do Egito sem dúvida exibiu essa disciplina, quando em Gênesis 45.5-11 recebeu de volta seus irmãos traidores. Tanto Mateus quanto Gênesis ilustram a necessidade que o cristão tem de ser maduro espiritualmente e de continuar a crescer no perdão – que é uma disciplina rigorosa que deve ser escolhida para nos tornarmos mais parecidos com Cristo em um mundo caído.

V. CONCLUSÃO

O que motiva e permite o crescimento no perdão é: O cristão possui uma percepção interior de ter sido abençoado por Deus (cf. Provérbios 25.21-22), por saber que foi chamado e separado por Ele para cumprir seus propósitos santos em um mundo caído. Que a segurança e a profundidade deste chamado o capacite com a fortaleza interna para reagir como Cristo diante da injustiça. É a sua posição em Cristo que lhe dá os meios para perdoar e buscar a reconciliação até com os seus piores inimigos. Há alguém que o Espírito Santo deseja que você perdoe e ainda assim busque a justiça?[cm](#)

Ralph Drollinger